



Plebiscito Popular

da terra

Você Sabia que...

- Você sabia que mais de 44% de toda a zona rural do Brasil são fazendas com mais de mil hectares? Em Mato Grosso, isso ainda é maior, 78%.
- E que 84% dos estabelecimentos rurais são familiares, porém só ocupam 24% da área agrícola? Mesmo assim empregam 74% das pessoas ocupadas no campo.
- Você sabia que a agricultura familiar é responsável por toda a produção de hortaliças, mais 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo; 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves?
- E sabia também que a área plantada (oficial) de soja no Estado é 18 vezes maior do que a de feijão com arroz juntas? Você prefere soja do que feijão com arroz?



EDITORIAL

Desde 1530, quando Portugal decidiu expandir a lavoura de açúcar no Brasil colônia, persiste no país a cultura do latifúndio.

Naquela longínqua ocasião, o território nacional foi recortado em 15 capitanias hereditárias, em regime de sesmarias.

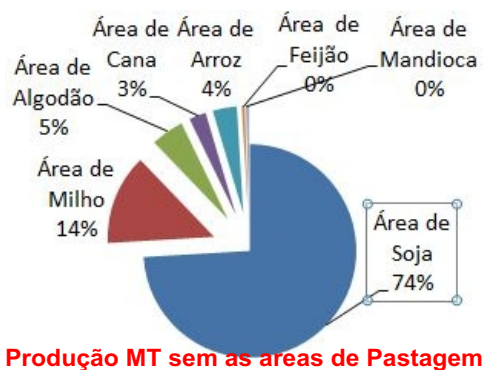
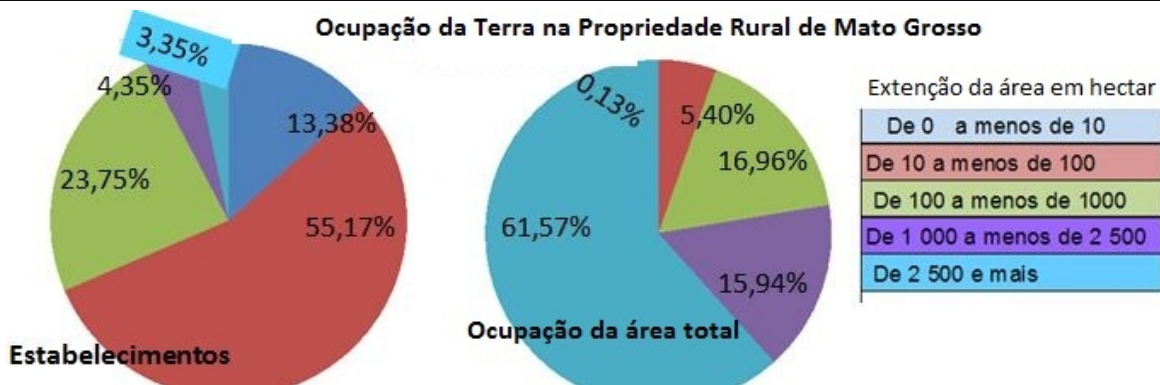
Os beneficiários eram nobres ou amigos da coroa portuguesa, que tinham a missão de produzir no solo fértil de sempre que aqui persiste. Como o próprio nome diz – capitanias hereditárias – tais terras ficavam para quem quando seus donos morriam? Filhos e outros descendentes.

Isso faz 480 anos. São quase cinco séculos de posse nas mãos dos mesmos.

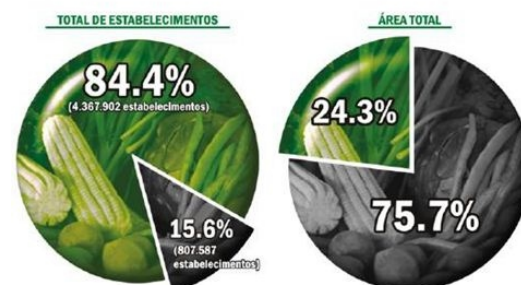
Naquele tempo, a estrutura fundiária no Brasil consistia em latifúndio, trabalho escravo e monocultura para exportação. Mudou alguma coisa?!

MAPA DA CONCENTRAÇÃO

Estas pizzas estão muito desiguais. Tem gente abocanhando pedaços maiores



PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Reedição Inácio CBFJ

O que é um Plebiscito Popular?

Um plebiscito popular ocorre quando o povo se organiza para fazer uma consulta sobre algum tema de interesse coletivo. A resposta do plebiscito serve para embasar leis ou forçar decisões políticas.

Já foram realizados três plebiscitos populares no Brasil, um em 2000 sobre a Dívida, outro em 2002, sobre a adesão do país à ALCA, e outro em 2007, sobre a privatização da empresa pública Vale do Rio Doce.

Este ano será realizado outro plebiscito, de 1 a 7 de setembro, na Semana da Independência, desta vez sobre o limite da terra. Os brasileiros vão dizer se querem ou não estabelecer um tamanho máximo para propriedades rurais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Artigo 14, determina que “a soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, e também, nos termos da lei, pelo plebiscito, referendo e pela iniciativa popular”. Mas a prática de consultar o povo está muito longe de ser concretizada.

Diante disso, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada têm proposto plebiscitos de iniciativa popular para que a sociedade possa se manifestar sobre problemas relevantes que atingem a vida de cada brasileiro e brasileira.

Mesmo não tendo valor jurídico legal, esta consulta popular tem um grande valor simbólico e político para mostrar que a sociedade está atenta às grandes questões nacionais e que, por isso mesmo, deveria ser ouvida com respeito e atenção.

Criado Fórum Estadual pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Movimentos sociais se articularam no Fórum Estadual pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, composto por entidades classistas e outros coletivos de luta. O Fórum é que está organizando o plebiscito do limite da terra e colhendo o abaixo-assinado. A entidade foi formalmente instituída dia 21 de julho. Você pode participar! Venha ajudar nessa luta!

Informações: (65)3023-2959

O QUE QUEREMOS COM ESSA CONSULTA?

Discutir e Alterar o artigo 186 da Constituição Federal, que fala da função social da Terra.

Função social quer dizer: para que queremos a terra e o que pode ser feito com ela. É para produzir alimentos saudáveis e que possa ser distribuída para muita gente, não para poucos acumularem, produzirem comida para boi de outros países.

O artigo 186 da Constituição Federal de 1988 trata da questão da terra no Brasil. Quando nossa lei máxima foi sancionada, houve uma tentativa de incluir nela regras para o limite das propriedades rurais. Mas forças ligada ao latifúndio impediram. Agora é hora de lutar pela alteração do artigo 186, com a inclusão do item V.

Conheça o conteúdo do artigo:
Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios

e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I- aproveitamento racional e adequado;
- II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

V- o limite da propriedade da terra.*

* (Campanha propõe, via emenda constitucional, o quinto item)



ABAIXO-ASSINADO

Além do plebiscito, o povo brasileiro já está colhendo assinaturas para, em abril do ano que vem, entregar ao Congresso Nacional 1,5 milhão de assinaturas, fortalecendo uma lei de iniciativa popular. ASSINE!

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos!
(Dom Pedro Casaldáliga)



Expediente

Centro Burnier Fé e Justiça

Informativo especial publicado pelo Centro Burnier Fé e Justiça para divulgação do plebiscito popular sobre o limite da terra.

Jornalista responsável: Keka Werneck (SRT-MT 610)

Colaboração: Alex Campos, Roberto Rossi, Inácio Werner

Diagramação: Jair José Schuh

Tiragem: 30 mil exemplares

Gráfica Cromoset

Telefone: (65) 3023-2959

Rua Pe. Remeter, 92 - Baú - Cuiabá - MT

Site: <http://www.centroburnier.com.br>

Email: cbfj@centroburnier.com.br



Cédula de votação



1- Você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil devem ter um limite máximo de tamanho?

SIM NÃO

2- Você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?

SIM NÃO

POR QUE LIMITAR A TERRA? POR QUE LIMITAR A TERRA? POR QUE LIMITAR A TERRA?

Lavoura para dar lucro, terra na mão de estrangeiro, trabalho escravo, degradação ambiental, uso de agrotóxicos, violência no campo. Quer mais motivos para mudar essa situação?

De um lado grandes fazendas nas mãos de poucos, produzindo monoculturas, como as de soja e algodão, fartamente subsidiadas e totalmente voltadas à exportação e não para a gente comer.



De outro lado, a agricultura familiar, concentrada em pequenas propriedades, sem o devido apoio financeiro, porém focada na produção que leva comida para a mesa do brasileiro, arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças.

NÃO DEVERIA SER O INVERSO?

O Direito à Alimentação

A principal norma internacional sobre o Direito à Alimentação está contida no artigo 11 da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. De acordo com essa norma, a fome deve ser eliminada e os povos devem ter acesso permanente à alimentação adequada, de forma qualitativa e quantitativa, garantindo a saúde física e mental dos indivíduos e das comunidades, além de uma vida digna.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados salgados sobre o trabalho escravo. Entre 1973 e 1995, foram identificados 85 mil casos de trabalhadores escravos em todo o País, uma média de 3,7 mil ocorrências ao ano. De 1995 a 2009 foram resgatados no Brasil 38.052 pessoas. Em Mato Grosso neste Período (1995 a 2009) foram resgatadas 5.573 pessoas. Mato Grosso divide com o Pará o vergonhoso título de campeão em registro deste crime.

E O RESPEITO AOS DIREITOS DO TRABALHADOR?

Diga não ao trabalho forçado

Trabalho escravo é crime, e o artigo 149 do Código Penal estabelece como pena máxima 8 anos de prisão. No Congresso Nacional, tramita a PEC 438 que propõe a expropriação da terra, onde ocorra a reincidência desta prática perversa. Mas novamente a bancada ruralista não deixa essa matéria andar.

Pobre Floresta Amazônica! De agosto de 2009 a janeiro de 2010, sumiram mais 836 km² dela. O dado representa um aumento de 22% em relação ao mesmo período anterior (agosto 2008 a janeiro 2009) quando foram desmatados 687 km² de floresta. Para que? Lavoura e pasto.

SERÁ QUE O MUNDO VAI VIRAR UM GRANDE DESERTO?

A FLORESTA É NOSSO ÚLTIMO SANTUÁRIO AQUÍFERO E VERDE, POSSUI ENORME DIVERSIDADE DE PLANTAS E BICHOS.

Só em 2009, foram registrados 1.184 conflitos rurais no Brasil, de acordo com o levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), "Conflitos no Campo Brasil 2009". Entre 2008 e 2009, 53 foram assassinadas. As tentativas de assassinato, saltaram de 44 para 62 nesse período. Em relação a 2008, a CPT registrou um incremento no número de ameaças de morte, pessoas presas e torturas, em 2009. O relatório destaca ainda a quantidade de pessoas despejadas: 12.388, 36,5% a mais que em 2008. Quanto às famílias ameaçadas por pistoleiros, em 2008 registrou-se 6.963 casos e, ano passado, 9.031.

QUANTO VALE A VIDA?

EU QUERO UMA CASA NO CAMPO. ONDE EU POSSA FICAR NO TAMANHO DA PAZ. E TENHA SOMENTE A CERTEZA DOS LIMITES DO CORPO E NADAMAI. (Zé Rodrix e Tavito)

Vários países do mundo têm um limite para propriedade rural estabelecido em lei. Na Nicarágua, por exemplo, o teto é 700 hectares. Em Cuba, 67. No Japão, apenas 12. No Brasil, não há limites.

MT e MS lideram ranking nacional de concentração da terra

Cocalinho (a 923 quilômetros ao Norte de Cuiabá) é o município onde há maior concentração de terra em Mato Grosso. As 109 imensas fazendas, com mais de 2.500 hectares, ocupam 90,5% da área rural. O território restante, que representa apenas 9,5% do todo, é dividido entre 78 propriedades de pequeno e médio porte. Ao todo, Cocalinho tem 287 estabelecimentos no campo.

Outro município onde há muita concentração de terra em MT é Conquista D'Oeste (a 550 quilômetros ao Norte de Cuiabá). Apenas 11 fazendas tomam 88,5% de todo o território rural municipal. E 200 sítios, de zero a 100 hectares, ficam com apenas 3,22% da terra.

Mato Grosso ocupa o segundo lugar em concentração de terra entre todos os estados do país, conforme cartilha sobre limite da propriedade rural no Brasil, lançada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Mais de 8.428 propriedades estão acima dos 35 módulos fiscais, teto proposto pelo Fórum. Isso significa que 69% das áreas estão concentrados em latifúndios acima de 3.500 hectares. E que, havendo uma mudança nessa situação, teríamos quase 50 milhões de hectares para Reforma Agrária em Mato Grosso.

Para Gilberto Portes, secretário executivo do Fórum, “os dois Matos são a simbologia do latifúndio no país”. Revelar isso com clareza para a sociedade mato-grossense é de extrema importância. “Eu tenho a certeza de que muitas pessoas não se dão conta desse disparate, mas agora vão saber”.

Para Inácio Werner, do Centro Burnier Fé e Justiça (CBFJ), essa concentração de terra gera desigualdade social, impossibilita outro modelo de agricultura familiar, não resolve o problema da fome e ainda favorece o trabalho escravo. “Historicamente o latifúndio é que mantém essa prática”, afirma Werner, que representa o CBFJ no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Foete).

“Essa situação é gritante e vergonhosa para o país”, denuncia Ademir Antônio Montovani, agente da Comissão Pastoral da terra (CPT) em Mato Grosso. Na visão dele, um agravante da concentração de terra é a criminalização dos movimentos camponeses e a violência no campo.

Indígenas e quilombolas também são atingidos por esse problema. Os índios porque vivem em reservas cercadas pelas grandes propriedades rurais, que a todo tempo pressionam para empurrar as cercas e reduzir as áreas garantidas para as etnias. Os quilombolas, porque defendem o direito de ocupar territórios onde viveram seus antepassados, vítimas da escravatura. Sempre que reclamam seus direitos, aparecem como problemáticos.



1

Quem escreveu estes versos
Foi uma poetiza popular
Que se preocupa com o povo
Que continua a lutar
Para Construir o Brasil que Queremos
A gente tem que se Organizar.

2

Vai começar o bate-papo
Na comunidade e em todo lugar
Você não pode ficar de fora
Venha correndo participar
Para ficar logo sabendo
O que é um Plebiscito Popular.

3

Um Plebiscito é uma consulta
Que se faz ao povo de uma Nação
É uma iniciativa popular
Sobre um Problema ou uma Situação
Que atinge toda sociedade
E o povo tem que dar sua opinião.
(...)

5

Este ano de dois mil e dez
Vai ter um Plebiscito Popular
Sobre o Limite da Propriedade da Terra
Em Defesa da Soberania Alimentar
Em defesa da Reforma Agrária
O Povo vai SIM Votar.

6

A iniciativa Popular deste Plebiscito
É para acabar com a Concentração
Das Terras deste País
E ao Latifúndio dizer Não
SIM ao Limite da Propriedade da Terra
Para o bem de toda a População.

7

Uma forma bacana de reduzir
As desigualdade Sociais
Com o Limite da Propriedade da Terra
Os Direitos se tornando iguais
Tanto para o povo do Campo
E para o povo das Cidades e Capitais.
(...)

8

Com o Limite da Propriedade da Terra
Acaba com as Monoculturas
Da Cana, da Soja e o Agronegócio
Facilita quem vive da agricultura
Produzindo a maior parte dos alimentos
Sustentar a Família Presente e Futura.

9

A Terra Concentrada em poucas Mãos
Famílias expulsas pras grandes Cidades
O povo vivendo nas favelas
Na miséria, na fome, na crueldade
Sem emprego, sem terra, sem casa
Só briga, violência e marginalidade.

10

1.546 Trabalhadores assassinados
13.815 famílias despejadas
2.709 famílias expulsas de suas terras
422 pessoas presas e marginalizadas
Esse é o resultado nos últimos 25 anos
E 163 mil pessoas escravizadas.

Cordel do Plebiscito

Sônia Freitas

11

A maioria dos produtos da roça
Vem da Agricultura Camponesa
Mandioca, feijão, milho, arroz, café
Leite, carne, vem pra nossa mesa
Emprega 75% das pessoas do campo
Só 26% emprega o agronegócio, veja.

12

A distribuição das Terras do Brasil
Estão nas mãos de pouca gente
Concentração já vem dos Portugueses
Desconhecem as populações existente
47% são donos acima de mil hectares
Cada um, hoje não é diferente.
(...)

15

Existem Limites em outros Países
Na Coréia do Sul, Malásia, Japão
Filipinas, Tailândia, Nicarágua
Índia, El Salvador, Paquistão
Terra Desenvolvimento Social
Os Países fizeram a redistribuição.
(...)

18

Que posso fazer pra contribuir
Na campanha e com o Plebiscito
Do Limite da Propriedade da Terra
Participar com garra e compromisso
Pois a realização e sucesso do mesmo
Depende da participação acredito.

19

O empenho de cada pessoa é importante
De cada Entidade e Organização
Das Pastorais e Movimentos
Fazer algo com força e determinação
Para as famílias garantir seus Direitos
Para corrigir a absurda Concentração.

20

Fale do Plebiscito, promova debates
Nas Escolas, Igrejas, Rádios e Jornais
Se Articule, Divulgue pela Internet
Participe dos Comitês Municipais
Convide a família, colegas de trabalho
Organize a Votação nos seus Locais.

21

Na semana do Grito dos Excluídos/as
Intensifique a divulgação
Convide seus amigos e amigas
Para ajudar na Organização
De 1 a 7 de setembro no Brasil
Vai acontecer o Plebiscito, a votação.

22

Vote SIM para o Limite da Propriedade
Assine o Abaixo-Assinado
E a Emenda Constitucional-PEC 438
Será entregue na Câmara e no Senado
Mais de 1 milhão e meio de Assinatura
E Nós Reivindicando vai ser Aprovado.

23

Termino aqui os meus versos
Com muito prazer e satisfação
Através do Cordel fica mais fácil
De entender melhor a Votação
De 1 a 7 de setembro vamos dizer SIM!
Ao trabalho Escravo e Latifúndio NÃO!

Mais informações acesse:

<http://www.centroburnier.com.br> - <http://www.limitedaterra.org.br>